

A PRESENÇA DE PERUANOS NA CIDADE DE BOA VISTA/ RR: OS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS DA MIGRAÇÃO EM UMA REGIÃO DE FRONTEIRA

1. Introdução

Nos últimos tempos, a migração tem se apresentado como um elemento-chave fundamental para ilustrar a globalização. Sua complexidade advém da grande diversidade de fatores que a estimulam e caracterizam. Dantas (2010, p.19) complementa destacando que “o fenômeno da migração decorrente da globalização capitalista industrial afetou e afeta a vida de milhões de pessoas”.

Levando em consideração o contexto da América do Sul, é possível inferir que nesta região tem ocorrido uma nova tendência no processo migratório marcada, sobretudo, pela freqüente circulação de pessoas nas fronteiras nacionais. De certa forma, a proximidade geográfica e cultural tem facilitado os movimentos migratórios nos países sulamericanos, visto que os custos com os deslocamentos tendem a ser menores.

Segundo Bonassi (2000, p.39), na América do Sul, “as políticas migratórias foram se estruturando, em função da relação migração e desenvolvimento, desde diferentes perspectivas: econômicas, sociais, culturais ou de consolidação territorial dos Estados Nacionais”. No entanto, diante do contexto internacional da globalização e de integração regional, as políticas migratórias dos diferentes países sulamericanos encontram-se obrigadas a mudar a perspectiva, a fim de adequar-se aos processos de integração e abertura econômica, tendo como objetivo o desenvolvimento sustentado, centrado na pessoa humana.

O deslocamento de peruanos para o Brasil pode ser citado como exemplo dessa nova tendência da migração na América do Sul. A presença de peruanos em solo brasileiro não constitui um fenômeno novo, mas remonta ao início dos anos 1950 quando estudantes se deslocaram para o país estimulados por acordos bilaterais para

* Mestranda em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM). E-mail: alessandra_rufino@oi.com.br

fazer cursos de graduação ou especialização em alguma universidade brasileira. Nos anos 1970, o contexto político mudou e surgiu o fenômeno dos refugiados políticos, que também eram considerados “refugiados” econômicos. Foi a partir desse período que se tornou cada vez mais numerosos os peruanos que saíram de seu país, pela persistente violência política, deterioração econômica e falta de perspectivas, dirigindo-se, sobretudo, na região, para a Argentina, o Brasil, o Chile e, fora da região, para os Estados Unidos, o Japão e a Europa. Sendo assim, os migrantes peruanos encontraram um mínimo de liberdade para reconstruírem suas vidas no anonimato dos grandes centros urbanos brasileiros.

Entretanto, para Silva (1997), foi a partir dos anos 1980, com chamada “década perdida”, que o Brasil passou a receber cada vez mais migrantes oriundos de países vizinhos como o Paraguai, Bolívia e Peru, favorecendo a prática das migrações laborais. Silva (2007, p.74) destaca também que durante a década de 1990, o cenário de estagnação econômica e instabilidade política “contribuíram para fomentar ainda mais a vinda de bolivianos, paraguaios e peruanos, os quais passaram a disputar vagas em setores do mercado de trabalho brasileiro que não exigem um alto grau de qualificação”. Os peruanos, por exemplo, voltaram-se para o comércio, particularmente de artesanato e bijouterias. Além dessas atividades, muitos passaram a se dedicar à educação e ao setor de serviços relacionados às demandas domésticas.

No contexto amazônico a realidade parece não ter sido diferente, pois de acordo com Oliveira (2006), já era possível constatar a presença de peruanos na cidade de Manaus desde o início da década de 1980. A Organização Internacional para as Migrações (OIM), com base em estimativas, calcula que três milhões de peruanos vivem no exterior (HUALLPA, 2009). Os fluxos de deslocamento mais intenso são oriundos da Amazônia ecológica ou, como também é chamada selva peruana. Muitos peruanos se deslocam, num primeiro momento, dentro dos próprios limites regionais do Peru. Esse processo se dá, principalmente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as cidades maiores, tais como Arequipa, Iquitos e Pulcallpa.

No contexto da trajetória migratória de peruanos dentro da Amazônia Setentrional, a cidade de Boa Vista, capital do estado de Roraima, aparece como outro lugar de destino e de passagem. O deslocamento de peruanos para a referida cidade ganhou força na década de 1990 e início dos anos 2000, quando migrantes de nacionalidade peruana passaram a ser vistos vendendo produtos diversos, como roupas, objetos de plástico, cd's e dvd's piratas em locais públicos da cidade, como o centro comercial, a Praça das Águas e as feiras do Produtor e do Garimpeiro.

A crescente presença de peruanos em Boa Vista estimula uma série de questões relativas à construção social do migrante, para além dos fatores de expulsão e atração, privilegiados nas abordagens histórico-estruturais dos estudos migratórios clássicos. Diante dessa preocupação é importante reconhecer que as redes pessoais desses migrantes, sejam elas familiares ou de amizades, desempenham um papel fundamental na criação, expansão e manutenção dos fluxos migratórios. Por isso, este trabalho também propõe compreender a migração peruana na cidade de Boa Vista através da sua construção e interação em redes de relações sociais efetivadas no cotidiano, através dos contatos, dos vínculos, das ajudas e das negociações identitárias.

2. Brasil: Um lugar de destino para os migrantes peruanos

Segundo divulgação do periódico “El Comercio”, em 2007, nas últimas décadas cerca de um milhão e seiscentos e sessenta e cinco mil peruanos saíram de seus países, vindo aproximadamente 31.532 (trinta e um mil, quinhentos e trinta e dois) para o Brasil. Essa migração explicada, na maioria dos casos, pelas teorias migratórias tradicionais como estratégia predominantemente econômica para diferentes lugares do planeta intensificou-se a partir das últimas décadas do século XX.

Muitos peruanos procuraram se instalar nos países vizinhos, fortalecendo o movimento migratório entre os países de fronteira. O Brasil é o destino mais procurado, havendo, na maioria das vezes, opção pela cidade de São Paulo, como já foi mencionado anteriormente.

Lucena (2006, p.66) destaca que boa parte dos migrantes peruanos tinha a intenção de “utilizar a cidade de São Paulo como lugar de conexão para outros países europeus, porém acabaram se radicando na metrópole paulistana”. A mesma afirma ainda que os grupos de peruanos instalados em São Paulo são heterogêneos, compreendendo uma faixa etária de vinte a quarenta anos de idade, com um número acentuado de solteiros e com um grau de escolaridade mais elevado, geralmente com nível médio.

Como já foi ressaltado, além de São Paulo, os peruanos se encontram também em outros estados brasileiros, como é o caso do Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Acre, Roraima, e outras áreas de fronteiras¹. Nes-

1 Segundo Sales e Baeninger (2000, p.41) existem pelo menos 16 áreas de fronteiras que envolvem desde a Guiana Francesa até o Uruguai, nas quais se constata um deslocamento emergente de pessoas. São elas: Bonfim (Roraima) – Lethem (Guiana); Tabatinga (Amazonas) – Letícia (Colômbia); Pacaraima (Roraima) – Santa Elena de Uairén (Venezuela); Santana do Livramento (Rio Grande do Sul) – Rivera (Uruguai); Barra do Quaraí (Rio Grande do Sul) – Bella Unión (Uruguai).

nas regiões predominam entre os migrantes as profissões liberais, técnicas e outras relacionadas ao comércio, ao setor de serviços, educação e saúde. No que diz respeito a composição étnica desses migrantes, Silva (2001, p.491) destaca que “a maioria apresenta um componente étnico indígena relacionado as etnias aimará e quéchua. Muitos também utilizam a naturalização como forma de inserção na sociedade brasileira”.

No cenário atual da globalização, as recentes tendências da migração de peruanos para o Brasil requer uma incorporação de novas dimensões explicativas e uma reavaliação do contexto de luta e compromissos internacionais assumidos em prol da ampliação e efetivação dos direitos humanos desses migrantes. É bom lembrar também que Silva (2001, p.489) reconhece que “o discurso da globalização, quando tomado de forma generalizada, incorre o risco de nivelar as diferenças e dificuldades enfrentadas por cada grupo de migrantes, nos mais diferenciados contextos sociais”.

Os entraves jurídicos da documentação, por exemplo, é um elemento comum que nivela todos os migrantes peruanos, sejam eles qualificados profissionalmente ou não. Além de afetar os migrantes de forma direta, a indocumentação incide também sobre as famílias de cada um. Este anacronismo transforma-se num dos empecilhos que os migrantes encontram para poderem desfrutar dos direitos e deveres que a cidadania implica.

Ainda sobre a questão dos direitos sociais, Silva (2001, p.494) acredita que “as fronteiras geográficas e políticas precisam “desaparecer” para dar lugar a uma maior circulação não só de bens e serviços especializados, mas também de oportunidades e bens culturais para toda a população”. Isso nos estimula a perceber que os migrantes peruanos também são produtores de bens simbólicos e contribuem para tornar a dinâmica cultural brasileira mais plural e enriquecedora para todos.

Desta forma, é importante afirmar que os migrantes peruanos procuram ser sujeitos da sua própria reprodução cultural, conquistando espaço na sociedade receptora. Simmel (1983, p.183) compartilha dessa ideia ao afirmar que “a condição de estrangeiro significa que ele, que está distante, na verdade está próximo, pois ser um estrangeiro é naturalmente uma relação muito positiva: É uma forma específica de interação”. Isso significa que na medida em que os grupos formados pelas redes migratórias se tornam mais visíveis, os espaços sociais são fundamentais para desencadear o processo de negociação das identidades.

3. A migração peruana no contexto amazônico

A Amazônia, longe de ser homogênea, é uma região extremamente diversificada tanto em sua paisagem como em sua população. Localizada ao norte da América do Sul, atinge parte dos territórios dos Estados nacionais brasileiro, venezuelano, colombiano, peruano, boliviano, equatoriano, surinamês e guianenses (República Cooperativa da Guiana e Guiana Francesa). Segundo Aragón (2005) não existe consenso entre os pesquisadores para delimitar exatamente o tamanho dessa região e calcular sua população.

A Amazônia brasileira, por sua vez, abrange os estados do Pará, Amazonas, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, Acre, Amapá, Rondônia, Tocantins e Roraima perfazendo uma área que equivale a 61% do território brasileiro. O IBGE divulgou, em 2009, que a população amazônica brasileira é estimada em 24,7 milhões de pessoas, das quais 62% habitam a zona urbana e 38% a zona rural. Ou seja, a Amazônia brasileira deixou de ser, nas últimas décadas, uma região rural para tornar-se predominantemente urbana.

No entanto, o crescimento da população urbana na Amazônia brasileira não foi acompanhado por implementação de infra-estrutura para garantir condições mínimas de qualidade de vida a seus habitantes. Estes problemas impactam fortemente as cidades amazônicas, entre elas, a cidade de Manaus que, conforme censo realizado pelo IBGE em 2010, continua sendo a mais populosa capital da Amazônia brasileira, com 1.718.584 (um milhão, setecentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e quatro) habitantes.

Neste sentido, é possível inferir que o processo histórico de ocupação humana da região amazônica teve influência das migrações, principalmente as transfronteiriças, uma vez que a região faz fronteira com vários países, ao mesmo tempo em que se encontra em fase de estruturação e cujas dinâmicas são intensas e instáveis. Esse processo de ocupação da região amazônica brasileira tem sido objeto de detalhados estudos, sobretudo por parte de cientistas e pesquisadores sociais, uma vez que os movimentos populacionais são fenômenos que influenciam não só a configuração e a ocupação da região amazônica, mas também, os processos de multiculturalização.

A migração internacional para a Amazônia brasileira não é uma prática contemporânea. De acordo com Aragón (2009), a Amazônia brasileira acompanhou o período das grandes migrações do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX. O fluxo de migrantes internacionais para o Brasil se fortaleceu a partir de 1870 e, sobretudo, após a abolição da escravatura, em 1888, como resultado de diversas

transformações socioeconômicas e demográficas da Europa, da expansão do capitalismo e de políticas estatais do Brasil para atrair europeus para suprir a escassez de mão-de-obra causada pela liberação dos escravos. Os migrantes procediam, sobretudo, de Portugal, Itália, Espanha, Alemanha e Japão.

Emmi (2009) verifica que os censos de 1872 a 1950 esclarecem que embora os estrangeiros tenham se concentrado na região centro-sul do Brasil, espalharam-se por todo o país. Para a Amazônia, por exemplo, dirigiram-se principalmente portugueses, italianos, espanhóis, e sírio-libaneses, atraídos pela economia da borracha. Ainda na época da borracha havia, também, ingleses, franceses, norte-americanos e de muitas outras regiões e países. Os japoneses só passaram a se deslocar para Amazônia na década de 1930.

Ao contrário do que geralmente se pensa, mesmo após o colapso da borracha, muitos migrantes continuaram se deslocando para a Amazônia. Cabe lembrar, que foram os estrangeiros, em especial os comerciantes, os pequenos industriais e trabalhadores em geral, os grandes responsáveis por sustentar a economia após o declínio da economia da extração do látex, já que chegaram a instalar pequenas fábricas e estabelecimentos comerciais para abastecer o mercado local, substituindo produtos que não podiam ser importados para o mercado europeu (EMMI, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, apesar dos esforços dos governos das distintas províncias existentes na Amazônia em estabelecer colônias agrícolas com mão-de-obra européia, os projetos não prosperaram e a migração internacional passou a ocorrer de forma espontânea, concentrando-se principalmente nas cidades. Recentemente, a análise das migrações internacionais para a região amazônica tem se concentrado no fluxo de entrada dos países vizinhos como Bolívia, Peru, Colômbia, Guiana, Venezuela, entre outros. Grande parte dos migrantes que se desloca para a Amazônia brasileira dirigiram-se ao estado do Amazonas à procura de empregos gerados pela Zona Franca de Manaus e/ou por oportunidades de exploração florestal ou mineradora. É importante ressaltar, que muitos deles permanecem na clandestinidade, isto é, sem documentação legal, à margem de qualquer levantamento estatístico.

A migração internacional na transfronteira amazônica, como em quase todos os processos de migração no mundo, é fruto de complexas redes sociais. Como afirma Oliveira (2008), a migração de países fronteiriços para o Brasil, em especial a Amazônia, não é um fenômeno novo, já que depois de receber grandes fluxos migratórios provenientes da Europa, no início do século XX, o Brasil passou por uma fase de migração interna muito intensa, marcada predominantemente pelo êxodo rural.

Foi somente a partir da década de 1970, que o Brasil passou a ser grande receptor de migrantes dos países fronteiriços vizinhos, como Bolívia, Chile, Paraguai, Peru e outros países latino-americanos.

A Amazônia brasileira, ao se inserir cada vez mais no circuito econômico internacional, reestrutura seus espaços e território numa malha de interesses cuja condição de fronteira mundial confere um sentido especial à mobilidade populacional. Os investimentos em tecnologia e em infraestrutura tem colaborado com o desenvolvimento e, conseqüentemente, atraído mais pessoas para a região. Tal questão implica entender que neste início de século existe na Amazônia um novo patamar de expansão e integração nacional. O que antes era chamado de vazio demográfico, hoje simboliza uma realidade complexa constituída por múltiplos sujeitos portadores de diferentes matrizes de racionalidade, particularmente relevantes nesse momento em que mudanças de padrões tecnológicos e socioculturais se colocam em questão (BECKER, 2004).

A Amazônia peruana é muito similar a Amazônia brasileira. Segundo Gow (2003), compreende 37% do território peruano e sua população se concentra principalmente em suas duas principais cidades, Iquitos, no rio Amazonas, e Pucallpa, no Ucayali. Sua base produtiva está centrada na agricultura, na extração florestal e na extração de hidrocarburos.

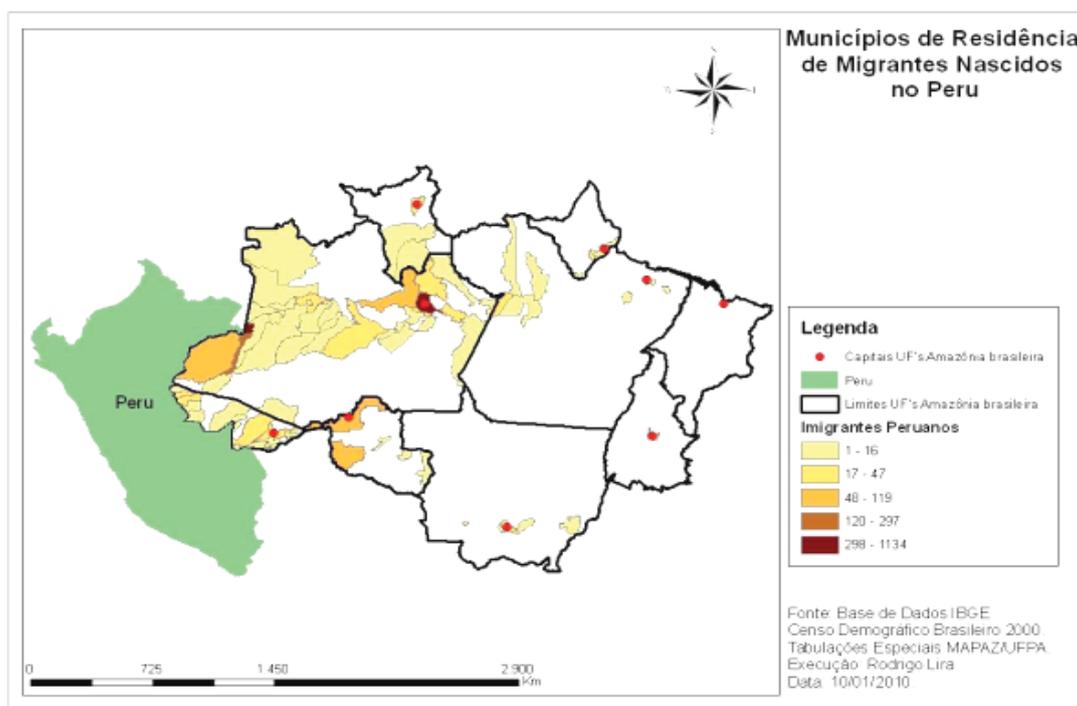
O PIB da Amazônia peruana representa 6,7% em relação ao PIB do Peru. O padrão de ocupação da Amazônia peruana é complexo, grande parte da população está concentrada em área de difícil acessibilidade e 50% delas vivem nos centros urbanos. Habitam esta região mais de 300 mil indígenas distribuídos por 1.500 comunidades nativas reconhecidas e pertencentes a 65 grupos étnicos e 14 famílias lingüísticas. Segundo Huallpa (2009), esta região tem um nível de pobreza altíssimo. Ou seja, 77% da população vive na faixa da linha da pobreza e a desnutrição infantil atinge 35% das crianças. Segundo este mesmo autor, a partir de 1960, a Amazônia peruana recebeu grandes contingentes de migrantes provenientes da serra e costa peruana. As causas para este fenômeno seriam a reforma agrária, o surgimento da subversão, a hiperinflação, a crise econômica, o empobrecimento da região andina do Peru, o desemprego e o narcotráfico.

Podemos destacar também os aspectos políticos e econômicos do Peru, os conflitos agrários, o avanço do latifúndio e os processos de industrialização nos moldes capitalistas como elementos responsáveis por impulsionar a saída de homens e mulheres do Peru. Como já foi exposto, muitos peruanos migram num primeiro ciclo, dentro dos próprios limites regionais do Peru. Entretanto, esse processo se

dá, primeiramente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as cidades maiores, tais como Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pulcallpa. De um modo geral, “a migração para a Amazônia Peruana, tem origem nas zonas altoandinas; já a emigração da Amazônia Peruana, tem como destino a capital Lima e as cidades costeiras” (HUALLPA, 2009, p.199).

Sobre a entrada de peruanos em território amazônico brasileiro, constata-se que essa prática migratória passou a ter maior relevância a partir de meados da década de 1980, estendendo-se até os dias atuais. Trata-se, na verdade, de um fluxo eminentemente de migrantes trabalhadores que ingressaram na região sem os documentos necessários, permanecendo em situação irregular por muito tempo (Figura 01). Isso ocorre, inclusive, pela vastidão da selva amazônica que torna impossível um controle totalmente eficaz. O trânsito na fronteira é facilitado pela locomoção que é financeiramente mais viável, tanto via terrestre quanto via transporte fluvial (OLIVEIRA, 2008).

Figura 01: Fluxo de Migrantes Peruanos na Amazônia Brasileira



Fonte: LIRA (2010).

Os peruanos que migram para os Estados Unidos, Japão e/ou países da Europa são aqueles mais capitalizados ou que contam com uma boa rede de apoio,

enquanto os que se deslocam entre os espaços transfronteiriços amazônicos seriam àqueles que dispõem de poucos recursos para uma migração, cujos investimentos iniciais seriam muito alto. A maioria dos peruanos que opta em migrar para o Brasil, em especial para a Amazônia Brasileira, tem o seguinte perfil: em grande parte são homens, oriundos da região da selva peruana (Amazônia); apresentam um histórico de migração interna e um trânsito por distintas cidades da região norte do Brasil e alguns continuam a trajetória migratória com destino à países vizinhos, como é o caso da Venezuela. Outra característica do perfil de alguns peruanos é a baixa qualificação profissional. Quando chegam ao Brasil, muitos se tornam comerciantes informais e comercializam produtos diversos, como roupas e utensílios domésticos. Entretanto, apesar de algumas situações adversas enfrentadas pela maioria, o Brasil continua sendo um país das oportunidades e de múltiplas possibilidades de mobilidade econômica e social para parte dos migrantes peruanos (SILVA, 2009).

A dinâmica da mobilidade humana transfronteiriça

Como o universo empírico deste trabalho compreende uma discussão sobre fronteira e migração transfronteiriça, reconhecemos que a fronteira representa não só o desencontro de diferentes visões de mundo, como também, a coexistência de diferentes espaço-temporalidades. Desta forma, para Martins (1997, p.150),

a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela um lugar singular: À primeira vista é o lugar de encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados do outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

Oliveira (2008, p.03) também parte dessa abordagem e assume que “a fronteira é analisada enquanto uma “situação” que pode estar indicando um processo de transitoriedade”. Por isso, não se trata necessariamente de um “lugar”, mas sim de um determinado contexto que possui variadas significações. Essa concepção ajuda a compreendermos a fronteira enquanto a “passagem” de uma situação para outra adversa. Tal transição é dotada de conflitos que surgem ainda no processo migratório e fortalecem no encontro ou confronto com outros novos sujeitos sociais.

Castells (1999), por sua vez, esclarece que as fronteiras dão lugar as transformações simultâneas que podem ser influenciadas pelos sistemas de redes interligados. No caso da Amazônia, por exemplo, percebemos que, devido ao grau de complexidade dessa região, o conceito de fronteira também se torna complexo.

No que diz respeito a percepção dos estudos migratórios, Oliveira (2008) afirma que a fronteira pode ser analisada como um lugar onde as diferenças se evidenciam e são gerados os conflitos culturais e sociais. Por outro lado, é na região de fronteira que as distâncias também se estreitam e as diferenças passam por um processo de elaboração de novos significados e possibilidades.

Em um ambiente de fronteira as migrações transfronteiriças, são fortalecidas pelos processos de negociações das identidades, que para Castells (1999, p.22) representam “uma fonte de significado e experiência de um povo”. Sendo assim, a identidade de um grupo não pode mais ser enfocada de forma abstrata e imutável, mas sim ser contextualizada a partir de um espaço e tempo de referência.

Na concepção de Robertson (1999), a globalização provoca um efeito descentralizador de identidades organizadas em torno de uma cultura e de fronteiras bem definidas, proporcionando o surgimento de novas posições de identificações mais plurais. Fica visível, portanto, que as identidades mudam de acordo com o espaço-temporal ou o modo como o sujeito é conhecido e reconhecido.

Neste caso, à medida que os indivíduos migrantes venham a pertencer a dois mundos ao mesmo tempo, eles procuram preservar suas raízes, tradições e a memória que os ligam ao país de origem. No entanto, esses migrantes são motivados por novos diálogos que sustentam a necessidade de negociarem suas identidades em meio às novas culturas com as quais passam a ter contatos cotidianos.

Hall (1996, p.95) defende que “as negociações das identidades das pessoas que atravessam as fronteiras nacionais estão relacionadas ao surgimento de novas culturas”. Essa reflexão aponta para o fato de que, em tempos de globalização, não existe mais um único foco de identificação. As identidades podem ser ganhas ou perdidas.

Segundo Haesbaert (1997), a identidade territorial, por exemplo, é um tipo de identidade que se expressa na relação de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária. Neste sentido, os processos de negociação das identidades territoriais são efetivados a partir da interação entre os grupos sociais que se fortalecem por meio das redes migratórias.

Em relação ao percurso migratório de peruanos para o Brasil, o cruzamento de fronteiras de estados brasileiros que fazem divisa com o Peru é uma prática essencial para que, posteriormente, esses migrantes possam fixar moradia em algumas cidades da Amazônia brasileira, mais especificamente na região norte do Brasil.

Santos (2010) verificou que parte dos peruanos que decidem migrar para o Brasil saem da capital Lima ou de alguma cidade média da região denominada de “Selva Peruana”. Alguns pegam o voo até Iquitos e daí vão de barco até a pequena cidade

peruana Santa Rosa, que faz fronteira com o estado do Amazonas. De Santa Rosa seguem até a cidade amazonense Tabatinga, situada na fronteira do Peru com a Colômbia. Essa cidade, além de outras cidades do interior do Amazonas é, para muitos, apenas um lugar de passagem, pois o objetivo da maioria é chegar até a capital amazonense, a cidade de Manaus.

De acordo com Silva (2010), na cidade de Manaus, as atividades desenvolvidas pelos peruanos não diferem das atividades exercidas por outros migrantes nacionais e internacionais em cidades do interior, que na maioria dos casos são atividades informais. A diferença é que na capital amazonense as possibilidades de trabalho aumentam. Mas, de um modo geral, são poucos os peruanos com mão-de-obra qualificada e, por isso, dispõem-se a aceitar qualquer tipo de trabalho para garantir o sustento de suas famílias.

Santos (2010) destaca também que a trajetória migratória de alguns dos peruanos que estão vivendo no norte do Brasil pode dar-se via o Acre ou Venezuela. Os peruanos que chegam ao Acre saem de Lima até Cusco, onde pegam o vôo até Puerto Maldonado. Depois, seguem pela estrada do Pacífico, que cruza o Peru a partir da Amazônia peruana até o litoral, passando pela Cordilheira dos Andes até chegar a Iñapari, vilarejo peruano que faz fronteira com a cidade acreana Assis Brasil. Após chegarem a Iñapari, muitos seguem em direção a Assis Brasil. Outros se deslocam para Brasiléia, cidade acreana, que está pouco mais de 100 km de Assis Brasil e faz fronteira com a cidade boliviana Codija. Após chegarem a Brasiléia, alguns fixam moradia, já outros vão a capital do Acre, Rio Branco, onde passam meses ou até anos e depois se mudam para Manaus. Após passar algum tempo em Manaus migram para Boa Vista, já que é bastante comum receberem convites de familiares ou, até mesmo de amigos. Depois de passarem algum tempo em Boa Vista, alguns chegam a migrar para outras cidades roraimenses, como Pacaraima, cidade que faz fronteira com a Venezuela. Outros vão mais adiante e adentram a Venezuela, mas após algum tempo retornam para Boa Vista.

Conforme se percebe na literatura acerca da migração, as decisões pessoais dependem da atuação dos indivíduos na sociedade e de suas relações com outros indivíduos, o que proporciona a compreensão de que a migração é um processo seletivo e não aleatório (ABUD et. al., 2008, p. 03). Neste sentido, o entendimento das redes migratórias possui importância fundamental para a compreensão da mobilidade humana em regiões de fronteira.

Para Sasaki e Assis (2000) os migrantes não são indivíduos que agem desconectados de relações sociais. Diante desta inferência é possível perceber que as redes

migratórias são capazes de fornecer apoio psicológico e material necessário aos migrantes.

Ainda segundo Sasaki e Assis (2000, p.10),

as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam comunidades de origem e específicos pontos de destinos nas sociedades receptoras. Tais laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas.

De um modo geral, as redes migratórias são configuradas pelas redes de parentesco e sociabilidade. Assim, a escolha do destino migratório é determinada pela existência de um grupo de conterrâneos. Desta forma, a escolha do local de destino pode ser baseada no grau de consolidação das redes. Estas, ao ficarem cada vez mais consolidadas, representam maior possibilidade de atenuar os riscos das migrações de longa distância, aumentando as chances do migrante a se adaptar no novo local de moradia (ASSIS, 2003).

É importante reconhecer que o projeto migratório - ou seja, a decisão de migrar, quem da família vai migrar, a “escolha” do local de destino, como e quando migrar - é orientado, em geral, pelas representações que são construídas no local de origem e pelas redes migratórias que direcionam e, ao mesmo tempo, realimentam os fluxos migratórios (SILVA, 2010).

Para Hall (2000), a migração das populações tem produzido grupos sociais - como é o caso da comunidade peruana que vive na Amazônia brasileira - constituídos cultural ou etnicamente, que tentam construir uma vida em comum e criar estratégias de convivência e formas de comunicabilidade, ao mesmo tempo em que são fortemente marcados por manterem costumes e práticas sociais específicas na vida cotidiana. A base de sustentação deste tipo de sociedade é o estabelecimento de um referencial no qual os conflitos mais graves de perspectivas, crenças ou interesses são negociados.

Nesta perspectiva, a identidade precisa ser analisada a partir do contexto das práticas sociais. O conceito de identidade que adotado neste trabalho é aquele que permite abordá-la não enquanto fenômeno apenas relacional, mas como fenômeno performático. Como refere Velho (1994), os indivíduos mesmo nas passagens e trânsitos, entre domínios e experiências diferenciadas, mantêm, em geral, uma identidade vinculada a seu grupo social de origem. Contudo, os códigos culturais associados a distintos contextos permitem que os sujeitos migrantes estejam em permanente processo de negociação de suas identidades.

Referências Bibliográficas

- ABUD, Daniel Lamela et. al. Migração de retorno: entre significados e materialidades. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu: 2008.
- ARAGÓN, Luis E. (Org). Populações da Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2005.
- _____. Aproximação ao estudo da migração internacional na Pan-Amazônia. In: ARAGÓN, Luis E. Migração Internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- ASSIS, Glauca de Oliveira. Criciúma para o mundo – os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares. In: MARTES, A. C.; FLEISCHER, S. (Orgs.) Fronteiras cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BECKER, Bertha. Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004 .
- BONASSI, Marghetita. Canta, América sem fronteiras! Imigrantes latino-americanos no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2000.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DANTAS, Sylvia D. Culturas em xeque e o desafio psicológico de ser entre dois mundos: biculturalismo entre Brasil e Japão. In: FERREIRA, Ademir Pacelli et. al. A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- EL COMERCIO. Um millón 665 mil peruanos se fueron del país entre los años 1990 y 2005. Disponível em: <www.elcomerciope.com.pe/edicionOnline/Html/2007/>. Acesso em: 12/11/2011.
- EMMI, Marília. Fluxo migratórios internacionais para a Amazônia Brasileira no final do século XIX ao início do século XX: O caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. Migração Internacional na Pan-Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- GOW, Peter. “Ex-cocama”: Identidades em transformação na Amazônia Peruana. In: Revista Mana. 2003.
- HAESBAERT, R. Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997.
- HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 24, 1996. pp.68-75.
- _____. A identidade cultural na Pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- HUALLPA, Luis Limachi. Procesos migratórios em la Amazonia Peruana: Uma mirada a las migraciones internacionales. In: ARAGÓN, Luis E. Migração Internacional na Pan-Amazônica. Belém: NAEA/UFPA, 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14/07/2011
- _____. Primeiros resultados do Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14/07/2011.
- LUCENA, Cecília Toledo. Saberes e sabores do país de origem como forma de integração. In: Cadernos Ceru. Vol.19. nº1. São Paulo: USP, 2008.
- MARTINS, José de Souza. Não há terra para plantar neste verão. Petrópolis: Vozes, 1986.
- _____. Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. In: Estudos Avançados. V.20. nº 57. São Paulo, 2006.

_____. Refugiados e deslocados na Amazônia: Contribuições para a Sociologia dos deslocamentos compulsórios. (Dissertação de mestrado). Manaus: UFAM, 2008.

ROBERTSON, R. Globalização. Petropolis: Vozes, 1999.

SALES, T.; BAENINGER, R. Migrações internas e Internacionais no Brasil. In: Travessia: Revista do Migrante. São Paulo: Paulinas, 1997.

SANTOS, Alessandra Rufino. Trajetórias migratórias e identidades reveladas: A presença de peruanos em Boa Vista/RR (Monografia). Boa Vista: UFRR, 2010.

SASAKI, Elisa Massa; ASSIS, Glaucia de O. Teoria das migrações internacionais. In: Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP).da ABEP. Caxambu – MG: 2000.

SILVA, Sidney Antonio da. Costurando Sonhos: Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo: Paulinas, 1997.

_____. Hispano-americanos no Brasil entre a cidadania sonhada e a concedida. In: CASTRO, Mary Garcia (Org.). Migrações internacionais: Contribuições para a políticas. Brasília: CNPD, 2001.

_____. Hispânico e latino: face de um processo identitário entre imigrantes sul-americanos em São Paulo. In: PAIVA, Odair da Cruz (Org.). Migrações internacionais: Desafios para o século XXI. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

_____. Hermanos Amazônicos: Peruanos e colombianos na Trílice Fronteira e em Manaus. GT 14 – Migrações Internacionais: fronteiras e diversidade étnico-culturais. II Reunião Equatorial de Antropologia / XI Reunião de Antropólogos do Norte – Nordeste. Natal – RN: UFRN, 19 a 22 de Agosto de 2009.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORARES FILHO, Evaristo (Org.). Simmel. São Paulo: Ática, 1983.

VELHO, Gilberto. Projecto e Metamorfoses. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.